

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº : 10670/000.277/93-49  
Recurso nº : 107.317  
Matéria : IRPJ - EX: de 1991  
Recorrente : TORNEARIA SANTA LUZIA LTDA  
Recorrida: : DRF EM MONTES CLAROS/MG  
Sessão de : 11 DE NOVEMBRO DE 1996  
Acórdão nº : 107-03.554

**IRPJ - PREJUÍZO FISCAL - COMPENSAÇÃO - OPÇÃO PELO FORMULÁRIO II DA DIR - IMPOSSIBILIDADE** - Não é cabível a compensação de prejuízo fiscal relativo a exercício financeiro que o contribuinte, por sua livre e espontânea vontade, tenha apresentado seus rendimentos no formulário II da DIR.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TORNEARIA SANTA LUZIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

*Maria Ilca Castro Lemos Diniz*  
MARIA ILCA CASTRO LEMOS DINIZ  
PRESIDENTE  
*Natanael Martins*  
NATANAEL MARTINS  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 08 JUL 1997

Participaram, ainda do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JONAS FRANCISCO DE OLIVEIRA, EDSON VIANNA DE BRITO, FRANCISCO DE ASSIS VAZ GUIMARÃES, PAULO ROBERTO CORTEZ CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES. Ausente, justificadamente, MAURÍLIO LEOPOLDO SCHMITT.

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

**PROCESSO N° : 10670/000.277/93-49  
ACÓRDÃO N° : 107-03.554**

**RELATÓRIO**

Trata-se de processo retornando a pauta após cumprimento da diligência requerida pela Resolução nº 107-0.073, cujo relatório e voto, lido em plenário, integram o presente feito.

A repartição de origem, no cumprimento da diligência, não apurou nenhuma irregularidade quanto aos fatos apontados pela recorrente.

É o relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

**PROCESSO N° : 10670/000.277/93-49  
ACÓRDÃO N° : 107-03.554**

**VOTO**

Conselheiro Natanael Martins - Relator.

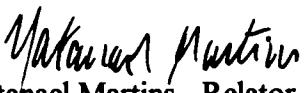
A diligência, nos termos em que foi requerida, realmente teve por objetivo verificar se os prejuízos apontados pela recorrente, relativo ao exercício financeiro de 1989, era efetivo.

No entanto, retornando o processo à pauta de julgamento, verificou-se que o prejuízo fiscal utilizado, glosado pela fiscalização, foi apurado em exercício financeiro em que a empresa, por sua livre e espontânea vontade, optou por apresentar sua declaração de rendas no formulário II, o que a impede a sua utilização visto que, do ponto de vista da legislação do imposto de renda, em virtude da opção feita, este é inexiste

Nessa ordem de idéias, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Sala das Sessões, 11 de novembro de 1996.

  
Natanael Martins - Relator.

107317 (97)